

"DESPERTAR OS LEIGOS PARA UMA AÇÃO NO CAMPO": UM GRITO NO NORDESTE POR DIREITOS (1967)

Felipe de Lima França[1]

Severino Vicente da Silva[2]

Resumo: O presente trabalho analisa a missão da Ação Católica Rural (ACR) iniciada no ano de 1965 no nordeste brasileiro, utilizando como fonte de pesquisas o jornal *O Grito do Nordeste*, no recorte temporal de 1967. Encontrando os leigos num sono profundo acerca da própria realidade e conformados com a vida de miséria, este movimento católico teve a missão de conscientizar as pessoas sobre os seus próprios direitos, divinos e humanos, como elementos indispensáveis na evangelização rural e formação das lideranças religiosas no campo. Invisíveis e anônimos, é como se a ressurreição de Jesus não fosse experimentada pelos campesinos, precisando ser anunciada e assumida por meio de um "grito" que denunciasse as formas de injustiças que prevaleciam sobre eles. Dessa forma, é possível identificar os elementos que fazem essa mediação entre fé e cidadania, teologias e leis, vida e morte, dignidade e miséria, pecado e salvação, prisão e liberdade. Todas essas palavras ganham um novo sentido na vida prática das pessoas ligadas a ACR possibilitando um movimento rural de resistência e luta em pleno contexto do golpe militar no pós 1964.

Palavras-chave: Ação Católica Rural; ACR; Igreja Católica; Ditadura Militar.

[1] Graduando em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: felipelfrancca@gmail.com

[2] Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atualmente é professor Associado do Departamento de História da mesma universidade, membro do Instituto Histórico de Olinda, Membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA. E-mail: severino.vicente@gmail.com. ORCID 000000189111409

Introdução

Hoje é possível encontrar o termo cidadania popularizado entre todas as esferas do Brasil, entretanto, corre-se o risco de esquecer que pouco tempo atrás o uso dessa palavra não era tão popular entre todas as camadas sociais, principalmente entre as camadas mais pobres. Esse cenário começou a mudar com a Constituição Federal de 1988 que de acordo com Schwarcz (2018, p. 488) ficou conhecida como a constituição cidadã pelo fato de contemplar em seu texto uma sensibilidade aos direitos sociais e preocupação com os direitos trabalhistas, constitucionalizando essas questões pela via da política pública, democratizando a conscientização de que todos os brasileiros são cidadãos, sem distinção e privilégios entre as classes sociais.

Entretanto, embora a constituição seja um marco importantíssimo na história da República Federativa do Brasil, sendo ela a sexta constituição republicana, não é a partir dela que iniciam os movimentos de reivindicações por direitos nas diversas áreas de atuações liderados por agentes apagados, silenciados e marginalizados. Muitos desses movimentos se associaram a espaços que puderam acolher suas pautas, legitimando-as e reforçando-as de alguma forma, tais como a politização por meio de partidos políticos, artistas e escritores, educação, Ligas Camponesas e sindicalizações, ideologias e também à segmentos religiosos que assumiram uma espécie de co-responsabilidade na medida que ingressaram nesses movimentos.

A Ação Católica Rural - ACR - é um exemplo dentre muitos desses movimentos que, se levarmos em consideração uma interpretação pós constituição de 1988, anteciparam a importância de conscientizar e formar as pessoas vulneráveis na luta por seus próprios direitos sem usar, nesse período, termos como cidadania e/ou cidadão. A Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná define o conceito de cidadania da seguinte forma

> Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e consequentemente sujeito de direitos e deveres. Mas nem tudo depende apenas do Estado. O conceito de cidadania vai muito além, pois ser cidadão significa também tomar parte da vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito aos problemas da comunidade. Colocar o bem comum em primeiro lugar e atuar sempre que possível para promovê-lo é dever de todo cidadão responsável. A cidadania deve ser entendida, nesse sentido, como processo

> contínuo, uma construção coletiva que almeja a realização gradativa dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais justa e solidária.[3]

Essa definição contempla palavras formais e cultas, parece ser destinada à pessoas que não precisam lutar e reivindicar por esses direitos que compõe o texto, entretanto, mesmo sem usar palavras tão formais, a ação da ACR no nordeste e muitos outros movimentos que precederam à Constituição de 1988 ou a redefinição do conceito de cidadania nos dicionários após essa data, usaram de seus métodos e atividades para chegar a objetivos e finalidades semelhantes, diferenciando apenas que antes da promulgação da sexta constituição, essa pauta não era política pública.

A Ação Católica Rural inicia em Recife no ano de 1965 e logo se espalha pelo nordeste, encontrando 70% da população vivendo na zona rural de forma estática (SERVAT, 1967, p. 8)[4], inconsciente de seus direitos e deveres, oprimida por uma classe de senhores e patrões mais preocupados em manter seus privilégios e lucros. É nessa realidade que surge a necessidade de despertar os leigos para uma ação no campo, sendo o boletim *Grito do Nordeste*, mais um instrumento nessa ação, com publicações a partir de 1967. Por isso, delimitamos nosso trabalho na análise dos quatro primeiros números do jornal, contemplando todo o primeiro ano de publicação.

É importante destacar que embora esse movimento tenha sido idealizado e pensado desde dentro da Igreja Católica, isso não quer dizer que de forma generalizante ela tenha atuado apenas dessa forma. A partir de Silva na sua obra *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife - 1950-1990* (2006) podemos citar exemplos com motivações divergentes ou que caminharam por um lado oposto, tais como o Integralismo (p. 163-164), o movimento romano-restaurador no século XIX reforçado pela romanização do início do século XX, (p. 170) e a encíclica *Fidei Donum* (p. 170-171).

A Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) também está dentro desse contexto até a chegada de Dom Hélder Câmara, sendo o sexto arcebispo com pastoreio de 1964 a 1985. Por ter participação destacada no Concílio Vaticano II (1961-1965) o bispo foi um dos principais conciliares, fazendo contato com outros diversos bispos e padres fora do Brasil, o que favoreceu o interesse de muitos padres em trabalhar nessa arquidiocese. Essas questões

---

[3] Disponível em https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania. Acesso em 09 de novembro de 2022.

[4] Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no I: Jan/Mar 1967.

atreladas ao seu trabalho pastoral deram origem a expressão “igreja dos sonhos” justificando a passagem de muitos religiosos estrangeiros, um deles é padre Servat, de nacionalidade francesa, que a pedido de Dom Hélder chega ao Recife com a missão de iniciar a Ação Católica Rural (SILVA, 2006, p. 162, 167, 171).

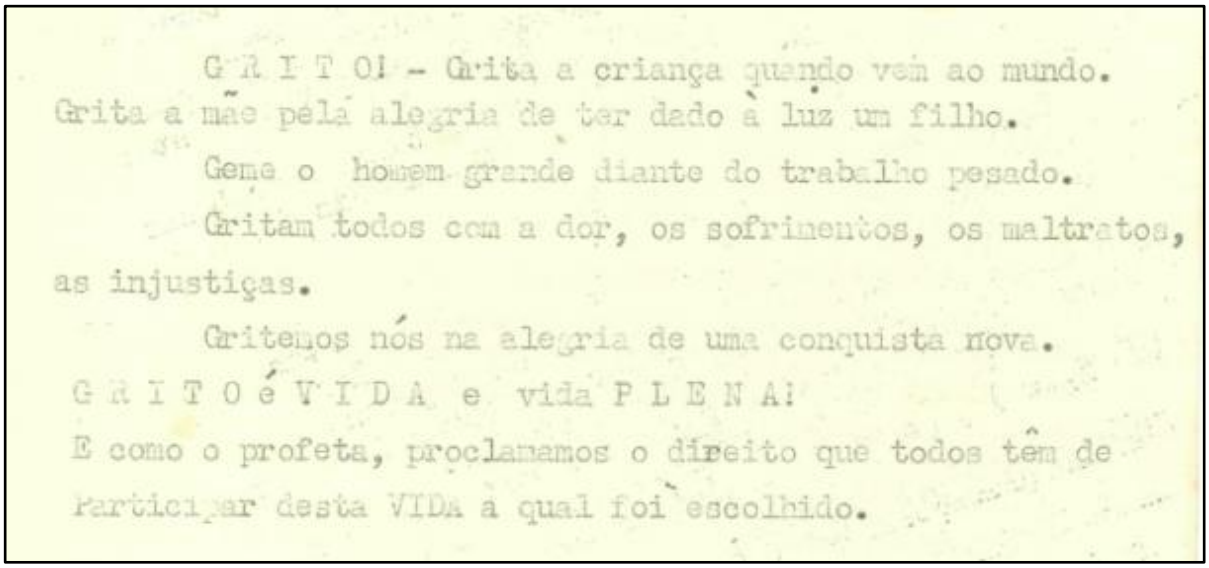
Despertar os leigos

Como já dissemos, a Ação Católica Rural surgiu em Recife a convite de Dom Hélder ao padre Joseph Servat, logo após que assumiu o pastoreio da Arquidiocese de Olinda e Recife. De acordo com Abreu e Lima, talvez ACR não seja muito conhecida no meio acadêmico pelo seu foco ser o meio rural, centrando basicamente no Nordeste do Brasil (2019, p. 90).

Esse movimento tinha sede na própria cidade de Recife, inicialmente na rua Rua dos Coelhos, n. 270.. Rapidamente se espalha pelos estados do nordeste de acordo com as informações fornecidas no primeiro número publicado no boletim Grito do Nordeste em 1967. De periodicidade trimestral e fruto da experiência do próprio movimento, esse jornal se transformou num instrumento necessário de comunicação entre os membros, informando do nascimento à morte, as conquistas e desafios, formações e novidades.

O contexto desse jornal é inspirado numa linguagem teológica e versículos bíblicos, mas sem assumir um tom clerical de difícil acesso para as pessoas da zona rural, que eram as principais destinatárias, levando em consideração todos os perfis, dos alfabetizados e letrados até os que não sabiam ler, mas sabiam olhar um desenho e entender a principal mensagem.

Embora o nome “Grito” faça referência ao profeta do antigo testamento que grita no deserto e ao profeta do novo testamento João Batista que materializa em si essa referência, a motivação não é reviver personagens bíblicos de forma mítica ou propor a memorização de conteúdos e personagens teológicos. O “grito” é assumido no tempo presente sem se deixar apreender numa única vez. Gritar em várias circunstância e em vários motivos, como é possível encontrar no início do primeiro número do boletim



G R I T O! - Grita a criança quando vem ao mundo.
Grita a mãe pela alegria de ter dado à luz um filho.
Geme o homem grande diante do trabalho pesado.
Gritam todos com a dor, os sofrimentos, os maltratos, as injustiças.
Gritemos nós na alegria de uma conquista nova.
G R I T O é V I D A e vida P L E N A!
E como o profeta, proclamamos o direito que todos têm de participar desta VIDA a qual foi escolhido.

Fragmento 1: Epígrafe[5]

O grito não se torna apenas uma reação negativa e de sofrimento, mas de vida e "vida plena" como menciona no fragmento. Entretanto, todos nós sabemos que gritar sem a possibilidade de ser ouvido cria uma condição de desespero e impotência. O jornal se soma aos gritos de tantas pessoas "maltratadas e injustiçadas", invisíveis e marginalizadas que gritavam "com a dor, os sofrimentos". A partir dessa realidade que o Grito do Nordeste assume a missão de "proclamar o direito que todos têm" atualizando a figura de um profeta.

A condição de invisibilidade das pessoas na realidade que a ACR encontrou, isentou o Estado Brasileiro de assumir o interesse em atuar com prioridade num programa em favor delas, visto que invisíveis não sofriam, não trabalhavam formalmente, não viviam, não existiam. Como já dissemos, só após a Constituição de 1988 que se assumiu essas questões de forma constitucional.

Um dos primeiros frutos das atividades desse movimento foi identificar os invisíveis tirando-os da invisibilidade a partir do próprio nome, mesmo que fossem os mais comuns, como "João, Severino e Maria", dando-os voz e história, anseios e sofrimentos. Dessa forma, foi possível identificar que a maioria não viviam uma vida digna, conforme os planos de Deus.

O primeiro número do Grito do Nordeste, correspondente de janeiro a março de 1967, é marcado pela ocasião da Páscoa e a mensagem de ressurreição de Jesus, acontecimento considerado central para a Igreja Católica. Entretanto, todas as atividades que antecederam

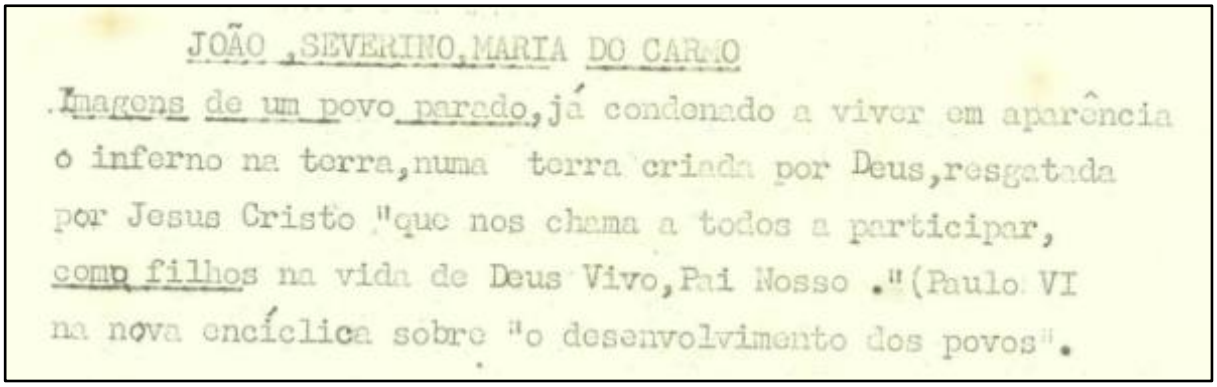
[5] *Op. Cit*, p. 5.

essa primeira publicação questionaram um discurso puramente teológico acerca da própria ressurreição, por causa da forma de vida que essas pessoas viviam, sem dignidade de filhos de Deus.

A teologia que a ACR assumiu não é apenas doutrina teórica sem compromisso com as necessidades dos ouvintes ou preocupada apenas na quantidade de fiéis. Pelo contrário, a inspiração teológica que o movimento apresentou se comprometeu com as necessidades das pessoas pelo fato de que aconteceu a ressurreição, e por serem filhos de Deus, todos têm o direito de participar e participar dessa vida plena, principalmente os pobres.

Vale ressaltar que conceber essa forma diferente de se comprometer com os pobres estava mais ligada ao que foi chamado de Teologia da Libertação, da América Latina, depois perseguida e combatida pela ala mais conservadora da própria Igreja Católica. Como afirmou o próprio Gutiérrez, considerado um dos fundadores/iniciadores dessa teologia, se fazia necessário aproximar a teologia da vida real das comunidades eclesiais situando-a no tempo histórico presente e no espaço geográfico, passando do discurso puro para serviço à comunidade de fiéis a partir de uma práxis libertadora (2014, p. 32-35).

"Severino, João e Maria", por exemplo, saíram da invisibilidade, mas não deixaram de ser pobres, injustiçados e oprimidos. A missão da ACR não se resumiu apenas a descobrir seus nomes, mas a ter consciência da condição de vida que cada um se encontrava e a lutar pela participação dos seus direitos sem se alienar da própria história pessoal. O mesmo na esfera teológica, como filhos de Deus, também tinham direitos de participar dos direitos divinos a partir de uma vida conforme o plano do Senhor. O fragmento a seguir apresenta essas pessoas depois de falar um pouco da história de cada um



JOÃO , SEVERINO, MARIA DO CARMO

Imagens de um povo parado, já condenado a viver em aparência o inferno na terra, numa terra criada por Deus, resgatada por Jesus Cristo "que nos chama a todos a participar, como filhos na vida de Deus Vivo, Pai Nosso ."(Paulo VI na nova encíclica sobre "o desenvolvimento dos povos".

Fragmento 2: Ressurreição[6]

[6] *Op. Cit,* p. 6.

Desse ponto de vista teológico, a forma como essas pessoas viviam, paradas e estáticas, já as condenavam a viver "o inferno" aqui na terra. Ao se deparar com essa situação, a ACR se comprometeu em despertar os leigos do que considerava um sono profundo, propondo uma nova forma de olhar para a igreja, chegando até a ser chamada de "igreja nova" de acordo com depoimentos enviados para publicação no jornal.

São esses depoimentos, já como frutos de uma caminhada formativa, que os próprios leigos vão nomeando as experiências e os resultados dessa ação no campo. É possível identificar a mudança de mentalidade para além da questão religiosa católica, passando a se referir à igreja como "igreja nova" não como uma ruptura ou separação, mas à uma nova forma de atuar e assumir a missão de cristão batizado.

Essa missão não isolou as pessoas no individualismo ou indiferença, mas criou e estimulou uma noção de identidade e pertença a uma determinada comunidade que tem em comum histórias, lutas e demandas. Para assumir a missão de cristão, foi preciso redescobrir que todos são irmãos porque são filhos do mesmo Pai, que é Deus, e por isso irmãos de Jesus Cristo. Se essa teologia não se encarna e materializa na ação e na prática dos membros, nada se difere da concepção de uma igreja onde eles são agentes passivos diante de uma estrutura formalizada.

A evangelização rural assumida pela ACR teve o objetivo de despertar os leigos desse sono profundo, da falta de uma consciência primeira dos direitos divinos por serem filhos de Deus e irmãos de Jesus, que deu a vida e ressuscitou por eles. Com essa linguagem e pedagogia, foi possível iniciar também uma conscientização acerca dos direitos humanos que lhes eram negligenciados pelos seus senhores e patrões.

Quando dissemos que o movimento assumiu a missão, não quer dizer que eles assumiram a iniciativa e "a vez" dos que deveriam fazer. Essa atitude era também um dos frutos esperados, a partir do momento que a evangelização rural apresentou a realidade a partir de um método que ficou conhecido e usado posteriormente fora do próprio movimento, o Ver, Julgar e Agir (PACHECO, 2012, 143).

De acordo com Ferreira, a origem desse método remonta a ação do padre Cardjin (1882 - 1967), de nacionalidade belga, e que posteriormente se tornou cardeal (2016, p. 217); aqui no Brasil, foi utilizado anteriormente à ACR pela Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), mas tornou-se popular após 1964. Ainda segundo Ferreira, esse procedimento continua sendo usado por pessoas e movimentos, e até mesmo

pelo Papa Francisco ao fazer referência nas exortações apostólicas *Evangelii Gaudium* (2013) e *Amoris Laetitia* (2016), e na encíclica *Laudato Si* (2015) como um meio eficaz de discernimento.

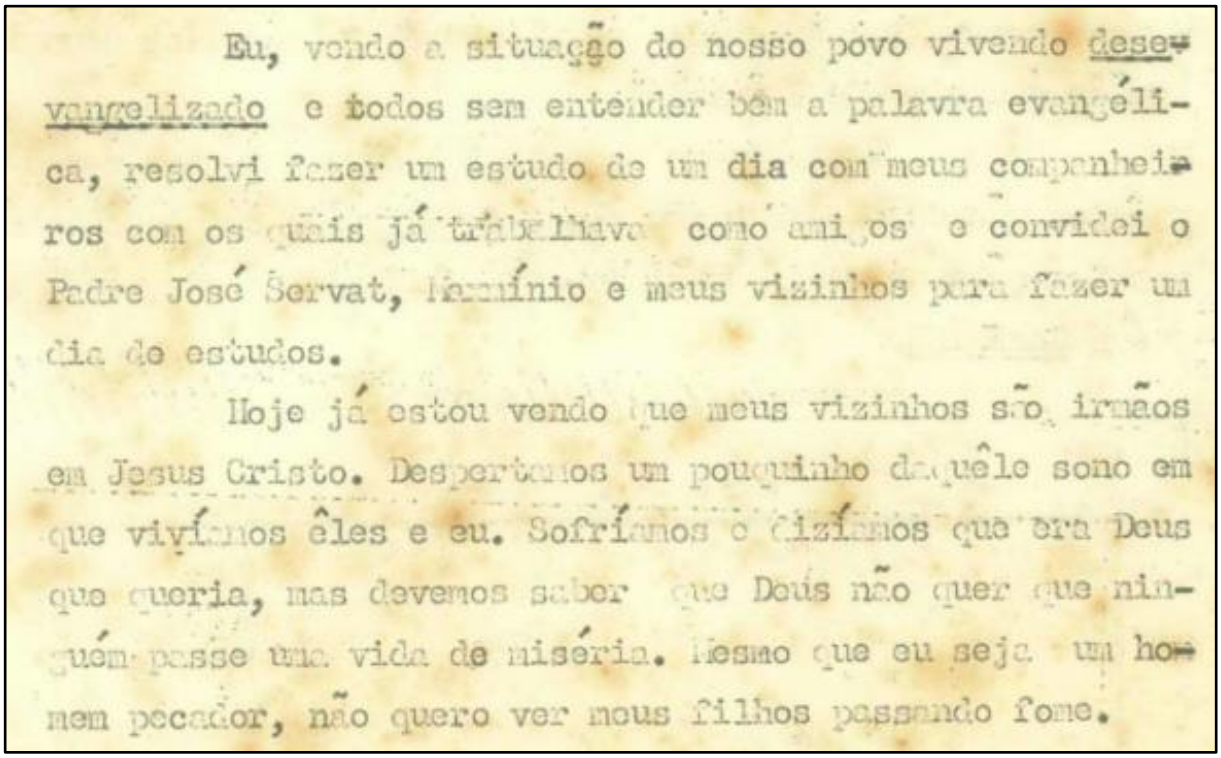
Na ação pelo nordeste, um fato era escolhido para que todos pudessem aplicar essa chave de leitura. A primeira etapa era ligada aos olhos, à visão, mas para ver bem, assim como o corpo, às vezes se precisa de instrumentos como óculos ou lupa, ou até mesmo boas condições como iluminação e um ângulo possível. Os diversos encontros estimulavam essas ferramentas para que as pessoas passassem a enxergar os fatos antes mal vistos ou até então situações anteriormente opacas e transparentes.

A segunda etapa é chamada de julgar, referindo-se à consciência e a capacidade de emitir juízos de valores. Essa consciência foi alcançada também a partir de encontros e partilhas, levando em consideração formações religiosas para que não esquecessem de que eram filhos de Deus com direitos divinos inegociáveis, como uma vida digna e conforme a vontade de Deus. Não fazia parte dos seus planos que os filhos sofressem nas mais diversas formas de opressão e maus tratos.

Por fim, todo esse processo conduzia a pessoa a ter consciência de que precisa do outro que também é filho filho de Deus e seu irmão. O sentido de comunidade e coletividade ganha se torna necessário para juntar forças e somar na ação. Para agir, é preciso não ir sozinho e ter acesso aos instrumentos necessários, a começar pelo despertar da consciência da realidade como é e, como deveria ser.

O conformismo foi um dos males que contribuiu para manter a realidade de “sono profundo” do povo nordestino, visto que acreditavam que o sofrimento fazia parte da vontade de Deus e que por isso deviam aceitar a vida que viviam, se conformando com a miséria, com a fome, com a pobreza, com a opressão, com a falta de dignidade. Combater esse mal tão presente no campo foi fundamental para que a evangelização rural conseguisse atingir seu objetivo de despertar e acordar para a vida, para a ação.

No fragmento a seguir, é possível ter contato com uma parte desses depoimentos e encontrar no de Manoel Aureliano da Silva uma fala importante revelando o seu amadurecimento cristão, disponível no segundo número do Grito do Nordeste, correspondente de abril a junho de 1967



Eu, vendo a situação do nosso povo vivendo desevangelizado e todos sem entender bem a palavra evangélica, resolvi fazer um estudo de um dia com meus companheiros com os quais já trabalhava como amigos e convidei o Padre José Servat, Maximínio e meus vizinhos para fazer um dia de estudos.

Hoje já estou vendo que meus vizinhos são irmãos em Jesus Cristo. Despertamos um pouquinho daquêle sono em que vivíamos êles e eu. Sofríamos e dizíamos que era Deus que queria, mas devemos saber que Deus não quer que ninguém passe uma vida de miséria. Mesmo que eu seja um homem pecador, não quero ver meus filhos passando fome.

Fragmento 3: *Um pedaço de História*, assinado por Manoel Aureliano da Silva[7]

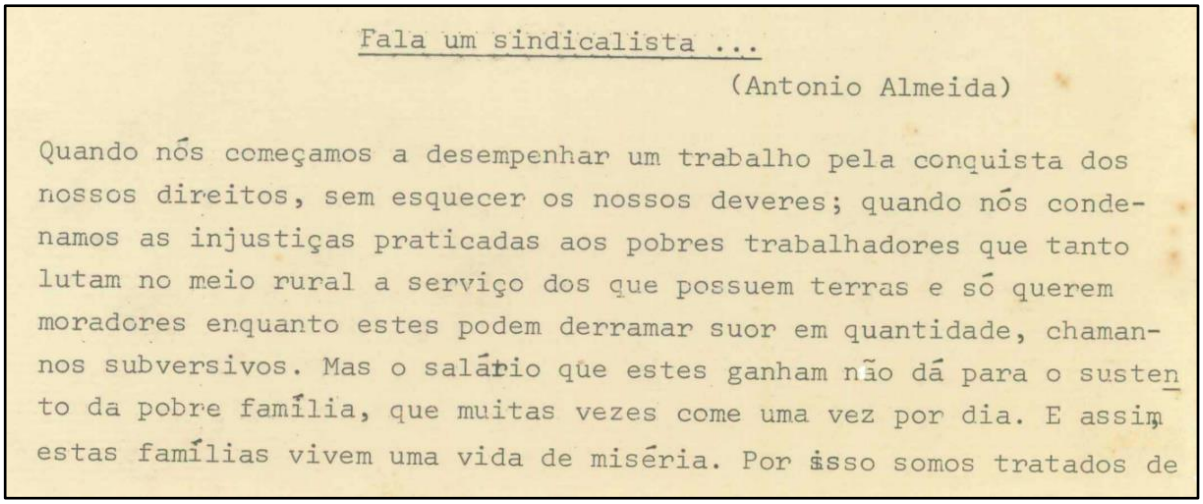
Sabendo ser possível identificar problemas e dificuldades em formas específicas em cada estado, a ACR tinha cautela em propor soluções pensadas desde fora, sendo a miséria e a fome questões presentes em todo o nordeste. Se esses problemas não surgiram da vontade de Deus, também foi preciso conscientizá-los de que não era um problema criado pelos próprios pobres, visto a tentativa da parte de algumas discussões políticas atribuírem aos nordestinos vulneráveis a própria origem de sua miséria, sendo as mulheres um fator principal pelo fato de terem muitos filhos.

Essa mediação que a Ação Católica Rural fez por meio de uma evangelização rural foi importante para despertar os leigos dando-lhes meios de formação não só no âmbito religioso, mas também civil. Permanecer com a realidade na qual se encontravam, de miséria e fome, sem terra para trabalhar e sem condições dignas de vida se tornou insustentável. A luta pelos seus próprios direitos por meio de greves e sindicalizações começou a ganhar ainda mais força quando atrelada às próprias ações do movimento.

No boletim de número 3, correspondente de junho a agosto do mesmo ano, se encontra um outro depoimento do sindicalista Antônio Almeida ao informar que lutar por seus direitos e condenar as injustiças na zona rural resultaram na acusação de subversivos

[7] Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no II: Abr/Jun 1967, p. 3.

por parte dos senhores de engenho e patrões, desqualificando e criminalizando as reivindicações dos trabalhadores. Parte do próprio depoimento do sindicalista pode ser conferido no fragmento a seguir



Fala um sindicalista ...

(Antonio Almeida)

Quando nós começamos a desempenhar um trabalho pela conquista dos nossos direitos, sem esquecer os nossos deveres; quando nós condenamos as injustiças praticadas aos pobres trabalhadores que tanto lutam no meio rural a serviço dos que possuem terras e só querem moradores enquanto estes podem derramar suor em quantidade, chamannos subversivos. Mas o salário que estes ganham não dá para o sustento da pobre família, que muitas vezes come uma vez por dia. E assim estas famílias vivem uma vida de miséria. Por isso somos tratados de

Fragmento 4: Fala um sindicalista… (Antonio Almeida)[8]

Além desse depoimento também é possível encontrar poemas, artigos extraído de jornais escritos para um público restrito e urbano, relatórios de encontros realizados, relatos das visitas do padre Servat pelos estados do nordeste, notícias de outros movimentos que também atuavam no campo tais como a Juventude Agrária Católica - JAC e acontecimentos analisados no método Ver, Julgar e Agir.

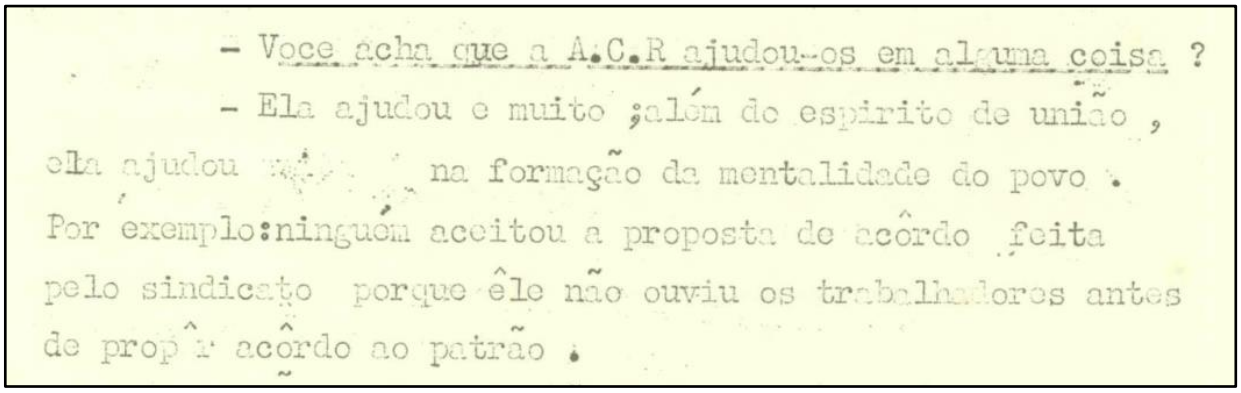
Aos poucos, os campesinos iam se inserindo nas atividades e se comprometendo com a causa proposta pela ACR quando despertos para essa ação. Representações antes escanteadas passaram a ter espaço tais como as crianças, as mulheres, os analfabetos, as pessoas que moravam na zona rural em si. Muitos nomes próprios completos aparecem com voz e vez, do Maranhão à Bahia, criando uma espécie de comunicação em rede, da qual a luta por seus direitos aparecia como uma unidade coesiva.

Outro exemplo sobre como essa ação conseguiu despertar os leigos é encontrada no primeiro número, quando é feita uma entrevista a Pedro Cícero, delegado sindical em um engenho de nome Garapú. Para ele, a ACR foi fundamental na formação de mentalidade das pessoas e no espírito de união e responsabilidade, onde juntos reivindicaram 13o atrasados de 1964 a 1966, o pagamento de feriados trabalhados e não pagos, o pagamento de um salário

[8] Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no III: Jun/Ago 1967, p. 2.

justo já combinado entre eles e o patrão, a diminuição da jornada de trabalho que extrapolou o contrato e, férias vencidas.

No fragmento a seguir é possível perceber todas essas questões na fala de Pedro



- Voce acha que a A.C.R ajudou-os em alguma coisa ?
- Ela ajudou e muito ;além do espirito de união , ela ajudou [illegible] na formação da mentalidade do povo . Por exemplo:ninguém aceitou a proposta de acôrdo feita pelo sindicato porque êle não ouviu os trabalhadores antes de propôr acôrdo ao patrão .

Fragmento : Entrevista[9]

O quarto e último número que este trabalho contempla, correspondente de setembro a dezembro[10], encerra com uma provocação inspirada no Natal, outra data importante para os católicos, anima todos os membros a assim como Jesus Cristo que se encarnou para assumir uma missão, todos devem ter consciência da missão do cristão, que é continuar o que Jesus começou, proclamando o direito e a justiça, lutando contra o mal que escraviza para atingir o bem que é a libertação.

Considerações finais

A Ação Católica Rural foi um movimento importante de atuação no nordeste brasileiro, e mais especificamente na zona rural, onde encontrava 70% da população na primeira metade da década de 60 como já citamos, de acordo com o próprio padre Servat no primeiro número do boletim. Como movimento, atuou em uma das periferias existenciais que na época não havia muito interesse do Estado em criar políticas públicas para essas pessoas que viviam no campo.

Enquanto fonte de pesquisa, a ACR oferece vários instrumentos úteis tirando do anonimato pessoas que não tinham nome, vez e voz, formando-as a partir de uma concepção de igreja fundamentada numa teologia mais próxima de suas vidas práticas, tomando

[9] Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no I: Jan/Mar 1967, p. 12.
[10] Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no IV: Set/Dez 1967.

consciência de que como filhos e filhas de Deus, são antes de tudo pessoas com direitos divinos.

Ter consciência de que é filho de Deus é a primeira boa notícia dessa evangelização rural que tinha como finalidade o despertar dos leigos a partir de uma conscientização de que o direito divino à vida não era compatível com miséria, fome, exploração e todo mecanismo injusto de exploração. Essa consciência foi capaz de comprometer os leigos em lutas e reivindicações sobre seus direitos, humanos e divinos, não só, mas unidos em comunidade e coletividade.

A mediação que a Ação Católica Rural desempenhou contribuiu na formação de lideranças no campo que assumissem todas essas lutas a partir de uma interpretação cristã da realidade, da vida, dos fatos e do ideal cristão aplicado na prática. Esses que antes eram invisíveis e escanteados puderam participar desse movimento em busca por direitos muito antes do conceito de cidadania ser popularizado após a Constituição de 1988.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985.** *Revista Crítica Histórica, [S. l.]*, v. 9, n. 18, p. 89–118, 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/5597. Acesso em: 1 out. 2022.

FERREIRA, Reuberson Rodrigues. **Papa Francisco, e o método? Considerações sobre o método Ver-Julgar-Agir utilizado pelo papa Francisco.** *Pensar - Revista Eletrônica da FAJE*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 215-228, 2016. Disponível em: https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/3649. Acesso em: 7 dez. 2022.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Ao lado dos pobres: Teologia da Libertação.** São Paulo: Paulinas, 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz, **Brasil: uma bibliografia.** 2a ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Pedro Henrique Pacheco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco.** 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990).** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.